

AS CIÊNCIAS HUMANAS E AS ANÁLISES SOBRE FENÔMENOS SOCIAIS E CULTURAIS

2

EZEQUIEL MARTINS FERREIRA
(ORGANIZADOR)



AS CIÊNCIAS HUMANAS E AS ANÁLISES SOBRE FENÔMENOS SOCIAIS E CULTURAIS

2

EZEQUIEL MARTINS FERREIRA
(ORGANIZADOR)



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



As ciências humanas e as análises sobre fenômenos sociais e culturais 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Ezequiel Martins Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 As ciências humanas e as análises sobre fenômenos sociais e culturais 2 / Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0631-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.310220610>

1. Ciências humanas. 2. Educação. I. Ferreira, Ezequiel Martins (Organizador). II. Título.

CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coletânea, *As ciências humanas e as análises sobre fenômenos sociais e culturais 2*, reúne neste volume vinte e sete artigos que abordam algumas das possibilidades metodológicas dos vários saberes que compreendem as Ciências Humanas.

Esta coletânea parte da necessidade de se abordar os mais diversos fenômenos sociais e culturais, passando pelas peculiaridades da educação, do conhecimento psicológico, da sociologia, da história e da arte, na tentativa de demonstrar a complexidade que das relações humanas em sociedade, influenciados por uma cultura.

Espero que consiga colher desses artigos que se apresentam, boas questões, e que gerem diversas discussões para a evolução do conhecimento sobre o fator humano.

Uma boa leitura!

Ezequiel Martins Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

AFETAR-SE PARA CONHECER, CONHECER PARA PERMANECER - APROXIMAÇÕES DA TEORIA DOS AFETOS EM ESPINOSA COM A INFÂNCIA TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA-BA

Paloma Iohana Santos do Amparo

Christiana Cabicieri Profice

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3102206101>

CAPÍTULO 2..... 15

ANÍSIO TEIXEIRA E A FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Adelcio Machado dos Santos

Rita Marcia Twardowski

Audete Alves dos Santos Caetano

Danielle Martins Leffer

Alisson André Escher

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3102206102>

CAPÍTULO 3..... 25

REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DOCENTE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Fábia Cristina Santos

Ezequiel Martins Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3102206103>

CAPÍTULO 4..... 40

APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETOS COM O USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO PROPOSTA PRÁTICA DE ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO SÉCULO 21 NO ENSINO TÉCNICO PROFISSIONAL

Lilian Amatucci Gazoti

Carlos Vital Giordano

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3102206104>

CAPÍTULO 5..... 51

NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: MANUAL DO USUÁRIO

Francisco Mauro da Justa Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3102206105>

CAPÍTULO 6..... 64

PROJETO DE VIDA E VISÃO DE FUTURO DE JOVENS ESTUDANTES DO SEGUNDO ANO DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA RECIFENSE

Giselle Maria Robspierre de Almeida

Albenise de Oliveira Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3102206106>

CAPÍTULO 7	76
PROHAITI E PRÓ-IMIGRANTE – O ACESSO DE ALUNOS IMIGRANTES E REFUGIADOS À EDUCAÇÃO SUPERIOR: OS DESAFIOS DO ACOLHIMENTO DIANTE DA ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE OCIDENTALIZADA	
Antônio José Moreira da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3102206107	
CAPÍTULO 8	96
UMA REFLEXÃO SOBRE O RACISMO ESTRUTURAL NO LIVRO DIDÁTICO: DESCONSTRUINDO ESTEREÓTIPOS, A PARTIR DAS OPERAÇÕES COM E SOBRE A LINGUAGEM	
Ariane do Nascimento Oliveira Pêres	
Antônio Carlos Gomes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3102206108	
CAPÍTULO 9	110
LITERATURA E TECNOLOGIA: INSPIRAÇÃO, INVENÇÃO, TRANSFORMAÇÃO	
Adelcio Machado dos Santos	
Soeli Staub Zembruskii	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3102206109	
CAPÍTULO 10	119
MUSEU NACIONAL E COLÉGIO PEDRO II: O DIÁLOGO ENTRE CASAS IMPERIAIS DEDICADAS AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	
Vera Maria Ferreira Rodrigues	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061010	
CAPÍTULO 11	133
ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX	
Marclin Felix Moreira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061011	
CAPÍTULO 12	144
A ACEITAÇÃO DA MORTE NO MÉXICO DIANTE DO COVID-19	
Denis Ocaña Gómez	
Gilda de León Mayoral	
Fabio Vinícius Silva Lemos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061012	
CAPÍTULO 13	157
CREATIVE ECONOMY AS A COUNTRY BRAND DEVELOPER IN COLOMBIA	
Julio Ramírez Montañez	
Maria Alejandra Quiroga Manrique	
Karol Dayana Diaz Gonzalez	
Oriana Marcela Paez Cubides	
Nicole Juliana Largo Fonseca	

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061013>

CAPÍTULO 14..... 164

MICHEL FOUCAULT – ATUAL

Rodrigo Borges Nogueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061014>

CAPÍTULO 15..... 173

VÍCIO DE CONSENTIMENTO NA INDÚSTRIA PORNOGRÁFICA

Amanda F. Sampaio

Brenda O. Lopes

Marcello Nicolas L. Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061015>

CAPÍTULO 16..... 186

VIOLÊNCIA AUTOPROVOCADA CONTRA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO: FREQUÊNCIA E FATORES ASSOCIADOS

Guilherme Germano da Silva

Mariana Rabello Laignier

Franciele Marabotti Costa Leite

Luiza Eduarda Portes Ribeiro

Nathália Miguel Teixeira Santana

Luciana de Cássia Nunes Nascimento

Márcia Regina de Oliveira Pedroso

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061016>

CAPÍTULO 17..... 197

LOS CONSORCIOS DE EXPORTACIÓN EN EL ESTADO DE ZACATECAS Y ACCESO AL MERCADO DE LOS ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA, 2009-2021

Noemi Dolores de La Torre Belmontes

Saul Robles Soto

Rafael Sosa Carpenter

Marlen Hernández Ortiz

Imelda Ortiz Medina

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061017>

CAPÍTULO 18..... 213

CASTRAÇÃO COMO FERRAMENTA DE POLÍTICA PÚBLICA DE TRATAMENTO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DE CRIMES SEXUAIS

Rodrigo Borges Nogueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061018>

CAPÍTULO 19..... 223

OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO E AS SUAS POSSÍVEIS SOLUÇÕES EM DISCUSSÃO

Alan José Alves

Douglas Carvalho de Assis

Rauli Gorss Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061019>

CAPÍTULO 20..... 245

CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO (PBLMODIFICADO) EM RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA: - TÉCNICA INTERPROXIMAL E ERROS RADIOGRÁFICOS

Plauto Christopher Aranha Watanabe

Fabio Santos Bottacin

Marcelo Rodrigues Azenha

Giovani Antonio Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061020>

CAPÍTULO 21..... 265

AS ILHAS DE CALOR E SUA RELAÇÃO COM A QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES: A IMPORTÂNCIA DAS ÁREAS VERDES

Willian Borges Vieira

Laila Raissa Pereira Morais de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061021>

CAPÍTULO 22..... 277

ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DO ESPAÇO RURAL DE GUARAPUAVA A PARTIR DOS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017

Ana Edeli de Souza

Mario Zasso Marin

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061022>

CAPÍTULO 23..... 299

ESTUDO DE CASO DA ATUAÇÃO DO GRADUADO EM ENGENHARIA ELÉTRICA NA FRONTEIRA OESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Theodoro da Silva Rodrigues

Alexandre Silva de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061023>

CAPÍTULO 24..... 325

COMPARAÇÃO ENTRE MÉTODOS DE AMOSTRAGENS E ESTUDO DA COMPOSIÇÃO DA COMUNIDADE DE QUIRÓPTEROS DO CARSTE DO MUNICÍPIO DE MATOZINHOS, MINAS GERAIS

Jackson Souza Silva

Marco Túlio Magalhães Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061024>

CAPÍTULO 25..... 338

IMPLEMENTATION OF STORY DOING AND STORYTELLING AS TECHNIQUES TO IMPROVE THE CUSTOMER JOURNEY IN A DIGITIZED COLOMBIAN MARKET

Julio Ramírez Montañez

Gabriela Arciniegas Vargas

Mariana Monroy Valenzuela
Jimena Vargas Moreno
Edward Santos López
Laura Macías

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061025>

CAPÍTULO 26.....357

POR UMA “IGREJA EM SAÍDA”: MARCO ECLESIOLOGICO ENTRE COMBLIN E O PAPA FRANCISCO

Anderson Moura Amorim

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061026>

CAPÍTULO 27.....362

O MERCADOR E A MORALIDADE CRISTÃ NO OCIDENTE ENTRE OS SÉCULOS XI e XIII

Guilherme Henrique Marsola

Jaime Estevão dos Reis

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061027>

SOBRE O ORGANIZADOR.....374

ÍNDICE REMISSIVO.....375

CAPÍTULO 27

O MERCADOR E A MORALIDADE CRISTÃ NO OCIDENTE ENTRE OS SÉCULOS XI E XIII

Data de aceite: 03/10/2022

Guilherme Henrique Marsola

Universidade Estadual de Maringá - UEM
Laboratório de Estudos Medievais – LEM
Maringá – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/9051523171228426>

Jaime Estevão dos Reis

Universidade Estadual de Maringá - UEM
Laboratório de Estudos Medievais – LEM
Programa de Pós-Graduação em História –
PPH/UEM
Mestrado Profissional em Ensino de História –
ProfHistória – UEM
Maringá – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/0512479141984737>

RESUMO: Este artigo discute as transformações econômicas ocorridas no Ocidente a partir do século XI. Houve, notadamente, um processo de expansão das cidades e o fortalecimento de uma economia urbana, impulsionados pela ampliação do comércio. Os mercadores se destacam como agentes econômicos dinamizadores da nova economia urbana. Paralelamente, institui-se a Ideia de Cristandade e a Igreja se consolidada como instituição normatizadora da sociedade. Procuramos entender a atuação da Igreja frente às atividades dos mercadores, por meio da análise de três fontes: o *Decreto de Graciano*, a *Suma Teológica*, de Tomás de Aquino e a Bíblia de Jerusalém.

PALAVRAS-CHAVE: Idade Média, Mercador, Comércio, Igreja.

THE MERCHANT AND CHRISTIAN MORALITY IN THE WEST BETWEEN THE 11TH AND 13TH CENTURIES

ABSTRACT: This paper deals with the economic changes that took place in the West after the 11th century. At this time, the cities came through an expansion process and urban economy was strengthened, all driven by the growth of trade. Merchants stood out as economic agents that boosted the new urban economy. At the same time, the idea of Christendom was instituted, and Church established itself as society's normalizing institution. We mean to understand the church's role regarding the merchants' activities, by the analysis of three documents: Gratian's decretum, Tomas Aquinas' Summa Theologiae, and the *Bíblia de Jerusalém*.

KEYWORDS: Middle Ages, Merchant, Commerce, Church.

1 | INTRODUÇÃO

Entre os séculos XI e XIII o Ocidente vivenciou um amplo processo de transformação que ficou conhecido como: “Revolução Comercial da Idade Média”. Trata-se de uma série de transformações econômicas e sociais que permitiram, entre outras coisas, a consolidação do mercador como um dos principais agente econômicos. No mesmo período, a Igreja torna-se a principal intuição, estabelecendo normas visando regulamentar a conduta dos cristãos. Entre as atividades atingidas pela regulamentação estava aquela

exercida pelos mercadores. Neste artigo, procuramos analisar fontes que ajudam a compreender as regulamentações impostas pela Igreja em sua tentativa de normatizar a atividade dos mercadores, no contexto de expansão das cidades e desenvolvimento comércio no Ocidente medieval.

Com este objetivo, elegemos três fontes: a Bíblia de Jerusalém, a *Suma Teológica*, de São Tomás de Aquino, e o *Decreto de Graciano*, cada uma elaborada em um determinado contexto histórico, com menções diretas e indiretas às atividades comerciais.

A *Bíblia de Jerusalém* mostra sua importância por ser o livro sagrado do cristianismo, um manual para aqueles que desejam viver segundo a vontade de Deus e os ensinamentos de Jesus Cristo. Contém passagens e instruções que servem como guia para os cristãos. Esta versão foi escolhida por ser um dos documentos mais fiéis à versão original da sagrada escritura, com poucas modificações no decorrer de suas edições. No tocante às questões econômicas, esta fonte traz reflexões sobre diversas atividades, desde a agricultura até o comércio, portanto, fundamental para refletir acerca do trabalho do mercador na Idade Média.

A *Suma Teológica* de São Tomás de Aquino, pode ser entendida como uma obra que visa reunir uma série de ensinamentos do cristianismo. Trata-se de uma obra escrita por um dos principais filósofos da Escolástica. Está organizada em questões, cada qual, com uma problemática específica, e, dentro destas, há uma série de perguntas mais direcionadas. As respostas estão baseadas em contra-argumentos, pois o autor os elenca baseando-se no senso comum ou em determinadas figuras da Igreja, posteriormente, explica o seu ponto de vista, e, no final, rebate cada um dos argumentos mencionados no início. Para a presente discussão é importante observar a *Questão 77*, que se refere às atividades dos mercadores.

No mesmo sentido da *Suma Teológica*, o *Direito Canônico* também reúne argumentos relativos à vida cristã e forneceu à Igreja uma regulamentação jurídica sobre a vida das pessoas (ROPS, 1952). Antes do século XII, a Igreja possuía uma série de normas dispersas e sem unidade, a exemplo: ensinamentos dos apóstolos de Jesus Cristo, códigos de leis formados pelos estados, concílios ecumênicos e escritos de padres e santos, até que Graciano, monge, jurista e professor de Teologia, que viveu na Itália entre os séculos XII e XIII, realiza uma unificação deste conhecimento, obra que ficou conhecida como *Decreto de Graciano*, um código de interpretações da lei divina e guia para o trabalho de salvação (NETTO, 2010, p. 62).

21 O APARECIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO MERCADOR E O FORTALECIMENTO DO PODER DA IGREJA ENTRE OS SÉCULOS XI E XIII

No início do século XI, o Ocidente passou por um período de expansão, promovido pelo crescimento populacional, aumento da produtividade no campo, expansão das cidades

antigas, assim como a fundação de novos centros urbanos. Colaborou para este processo, a interrupção das invasões de povos germânicos, escandinavos, euroasiáticos e sarracenos, que marcaram a Alta Idade Média. Ocorreu, também, uma mudança na concepção das guerras, pois o objetivo principal, passa a ser o da captura do adversário e a negociação para libertá-lo e não mais sua morte (LE GOFF, 1991).

No que se refere a agricultura, iniciou-se um processo de otimização com o aumento das terras cultiváveis, novas técnicas de cultivo – com a rotação trienal dos terrenos, em que se alterna o tempo entre o seu uso e o descanso, tornando-a mais produtiva, além do aprimoramento dos instrumentos e tecnologias de plantio, como as azenhas e os moinhos-de-água e de vento, com destaque para a utilização de animais de tração e instrumentos agrícola, a exemplo do arado e da charrua puxado por bois e cavalos (LOPEZ, 1986).

Rondo Cameron, acrescenta outras práticas que contribuíram para o crescimento da população e, conseqüentemente, da mão de obra disponível para o trabalho no campo e nas cidades:

Sabemos muito pouco sobre a prática médica e sobre os hábitos sanitários para tirarmos conclusões sobre os seus efeitos, mas o fabrico e uso do sabão cresceu significativamente, pelo menos no século XIII - possivelmente um fator secundário na redução da taxa de mortalidade. O clima do norte da Europa pode ter melhorado ligeiramente entre os séculos X e XIV, mas, se isso aconteceu, a influência desta mudança teria sido principalmente sentida através duma maior produtividade agrícola. Em resumo, é a esta última que temos de conferir maior importância no crescimento populacional, e os melhoramentos na tecnologia agrícola foram os principais responsáveis por isso (CAMERON, 2000, p. 7).

Neste contexto de crescimento generalizado, as atividades comerciais tiveram um papel de destaque ao impulsionar a vida citadina, pois as cidades eram os espaços em que os mercadores se estabeleciam em suas idas e vindas das feiras e portos comerciais. Paulatinamente foram se fixando e as transformaram em centros de negócios, atraindo a população do campo e de regiões circunvizinhas (PERNOUD, 1969).

À medida em que as cidades assumem um protagonismo econômico, houve a diversificação das atividades de compra e venda, bem como das técnicas comerciais e novas formas de se fazer negócios foram adotadas mediante contratos e letras de câmbio, seguros e associações de mercadores e artesãos. A melhoria da infraestrutura, das estradas e da navegação contribuíram para a dinamização da economia em todos os setores. O historiador Raymond de Roover encontrou uma fórmula original para definir o período de auge do crescimento econômico no Ocidente: “A revolução comercial do século XIII” (ROOVER, 1953)¹.

Outros historiadores econômicos têm apontado novos aspectos que contribuíram para o fortalecimento e dinamização das atividades comerciais: a formação dos mercadores.

¹ ROOVER, Raymond de. The Commercial Revolution of the Thirteenth Century. In: LANE, Frederic C. **Entreprise and secular change**: Readings in Economic History. Londres: George Allen and Unwin LTD, 1953. p. 80-85.

Cada vez mais, um número crescente de jovens mercadores passou a ter uma educação voltada aos negócios, com o aprendizado de matemática, da contabilidade, além do latim e as línguas vernáculas, o que conferiu aos comerciantes maior possibilidade de comércio entre as diversas regiões do Ocidente e com territórios longínquos como a Ásia e norte da África (DEL POTRO, 2013; NOGUEIRA, 2019).

Paralelamente à afirmação dos mercadores como agentes da economia medieval, entre o século XI e o XIII, ocorre um aumento do poder e intervenção da Igreja na sociedade. O contexto político de fragmentação existente após a desagregação do Império Carolíngio, contribuiu para a hegemonia da ideia de cristandade, uma vez que o enfraquecimento do poder real tornou a Igreja uma das únicas instituições influentes e centralizada em meio à fragmentação dos poderes, facilitando a imposição do ideal da Cristandade.

Estabelece-se uma série de ritos simbólicos que marcam a presença da Igreja e da religiosidade na vida dos cristãos, como por exemplo, as peregrinações, a instituição de sacramentos que perpassam as fases da vida: batismo, primeira eucaristia, crisma, matrimônio e unção dos enfermos, além de incentivar as práticas de jejum, expulsão de demônios, penitência e o culto a santos e mártires, colocados como intermediários entre os humanos e Deus (POLLY; VAUCHEZ; FOSSIER, 2001).

O medo também foi um instrumento explorado pela Igreja para obter o apoio das pessoas, como exemplifica Daniela Calainho, ao afirmar ser uma prática comum da Igreja durante a Idade Média a disseminação de uma visão dualística entre Deus e o Demônio: o primeiro era associado às coisas que aconteciam: boas colheitas, clima favorável para plantação, fertilidade do solo e até vitórias em guerras, enquanto o segundo era a representação das dificuldades terrenas e das coisas ruins que aconteciam, como a fome, doenças, miséria, seca ou derrotas em guerras e ao indivíduo cabia decidir qual dos caminhos que pretendia seguir, sendo que para ter uma vida próspera era preciso obedecer o que dizia a Igreja (CALAINHO, 2014).

O cristianismo alcança uma hegemonia considerável a partir do século XI, deixando seu legado em diversos setores, como é o caso das artes góticas, em que templos de oração eram erguidos para acolher os fiéis, e as pinturas eram representações de narrativas bíblicas, assim como na produção científica que teve como principal financiadora a Igreja, pois a instituição desejava ter o conhecimento submetido aos interesses cristãos, colocando Deus como o centro e medida de todas as coisas (WOODS JR, 2005).

A Igreja se manteve como instituição estruturada e hierarquizada em um contexto em que o Ocidente se configura como um mosaico de poderes fragmentados. Este quadro facilitou a afirmação dos ideais de Cristandade a partir do século XI, e, com isso, uma série de regulamentações e a instituição de códigos de conduta que permeavam não somente a vida dos indivíduos, as suas atividades econômicas, bem como os seus ofícios.

3 | ENTÃO, PODE O MERCADOR AGRADAR A DEUS?

A “Revolução Comercial” colocou os mercadores em uma notoriedade superior àquela existente até o final do século X e começo do XI, desta forma, a Igreja já não podia mais fechar os olhos e teve de encarar os novos agentes comerciais como parte da sociedade medieval (NOGUEIRA, 2019). Conseqüentemente, uma série de figuras ligadas à Igreja produziram documentos que questionavam, regulamentavam ou normatizavam as atividades mercantis.

No século XII, o monge e jurista Graciano declara em seu *Decreto*, que a prática do comércio implica em cometimento de fraudes ou mentiras, e que este expediente era considerado um pecado, utilizando como base uma passagem bíblica do *Novo Testamento*, no Evangelho de São João, em que Jesus Cristo expulsa os mercadores que estavam fazendo negócios no templo de oração.

Porém, o texto das sagradas escrituras narra que:

No Templo, encontrou os vendedores² de bois, de ovelhas e de pombas e os cambistas sentados. Tendo feito um chicote de cordas, expulsou todos do Templo, com as ovelhas e com os bois; lançou ao chão o dinheiro dos cambistas e derrubou as mesas e disse aos que vendiam pombas: Tirai tudo isto daqui; não façais da casa de meu pai uma casa de comércio. Recordaram-se seus discípulos do que está escrito: o zelo por tua casa me devorará (BÍBLIA, João, 2, 14-17).

Na passagem em questão, Jesus Cristo chega em um Templo religioso, local que deveria ser destinado às orações e se depara com vendedores de animais e outras mercadorias, e até cambistas. Então, começa a e a derrubar ferozmente as mesas, e acusa os vendedores de transformarem a casa de Deus em um ambiente profano de negócios.

Graciano compreende e interpreta a passagem como se Jesus estivesse agindo de modo a amaldiçoar a prática comercial, por isso, os mercadores não podiam cometer tal pecado, como pode ser observado em um fragmento do item XI da Distinção LXXXVIII:

O senhor expulsou os que compravam do templo, significa que um homem que é mercador nunca pode agradar a Deus. E, portanto, nenhum cristão deve ser mercador, ou, se assim desejar, ser expulso do templo do senhor, como diz o profeta: “Por não conhecer os negócios, entrará no poder do Senhor (DECRETUM MAGISTER GRATIAN, XI, Dist. LXXXVIII, tradução nossa)³ .

Todavia, analisando a passagem bíblica de modo independente, pode-se observar a inexistência de uma fala de Cristo que diga explicitamente que exercer a atividade de mercador era um pecado, pois, a fúria, descrita na passagem em questão, ocorre quando Jesus percebe que as práticas comerciais estão sendo realizadas no Templo religioso e não fora dele.

2 Em outras versões da Bíblia aparece o termo “Mercador”.

3 “Eiciens Dominus uendentes et ementes de templo, significauit, quia homo mercator uix aut numquam potest Deo placere. Et ideo nullus Christianus debet esse mercator, aut, si uoluerit esse, proiciatur de ecclesia Dei, dicente Propheta: “Quia non cognoui negotiationes, introibo in potentias Domini” DECRETUM MAGISTER GRATIAN, XI, Dist. LXXXVIII)

Tomás de Aquino (1225-1274), autor da *Suma Teológica*⁴, foi um religioso descendente de família nobre, nasceu em Roccasecca, região de Aquino, na Itália. Teve uma trajetória acadêmica que permitiu o contato com obras da Antiguidade, como por exemplo, os livros clássicos de Aristóteles. Realizou voto de pobreza; estudou com Alberto Magno (filósofo e religioso da Europa medieval); foi filiado à Ordem dos Dominicanos; deu aulas em universidades da Europa; fez uma série de comentários bíblicos e considerações acerca das obras de filósofos gregos. Escreveu cartas, tratados e algumas obras litúrgicas (BONI, 2018).

Na *Suma Teológica*, define que a prática do comércio pode ser lícita, pois apresenta a fonte de renda da família do comerciante. Todavia, adverte que este deve praticar seu ofício levando em considerações as determinações divinas. Isso ocorre, por exemplo, quando vende suas mercadorias por um preço considerado justo.

Na *Suma, Questão 77* é dividida em quatro artigos, cada qual com problemáticas distintas: o primeiro versa sobre como os comerciantes devem constituir o preço de seus produtos; o segundo e o terceiro discutem sobre qual deve ser a conduta do vendedor ao perceber que o produto que está vendendo possui algum vício (defeito); o quarto, reflete se deve ser permitida, ou não, as práticas comerciais.

Para Tomás de Aquino, a sociedade normatizou a ideia de que o preço dos produtos é mais caro que seu real valor, ao mesmo tempo, os comerciantes justificavam sua ganância quando afirmam que a lei civil não impõe limites ao preço das mercadorias. Porém, vender um produto por um preço superior ao que ele realmente vale deve ser considerado um ato pecaminoso, pois o evangelho de Mateus afirma que não devemos fazer ao próximo aquilo que nós não queremos que façam para nós, assim como os códigos civis têm a função de regulamentar a vida em sociedade e não dispõem sobre valores éticos e morais, não podendo ser usado como uma base de justificativa para questões sacras (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, II-II, q. 77, a. 1).

No segundo artigo, quando Aquino faz considerações sobre o que deve o mercador fazer ao se deparar com produtos que possuem defeitos, é nítido o objetivo de normatização da atividade, pois o autor orienta o que deve os comerciantes fazerem ao ter um produto com defeito e em quais casos a venda de uma mercadoria defeituosa não é considerado um pecado (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, II-II, q. 77, a. 2).

Não é considerado uma falha, se o mercador esconder ou omitir o material em que o produto foi feito, desde que a finalidade do mesmo não seja alterada (por exemplo, vender uma vasilha como se fosse feita de ouro, mas na realidade o material utilizado foi a prata. Caso a finalidade do objeto para o comprador seja o de guardar outros itens não é um pecado, pois a constituição do material não interfere na utilização do produto). Não configura pecado, também, se no momento da conversão de valores em duas regiões diferentes da

4 O termo “*Suma*” refere-se a uma obra que uni diversas informações que estão isoladas em um único escrito, muito comum durante o século XII.

Europa o comerciante se confundir, errar os números e converter indevidamente o valor, pois não foi a intenção dele cometer o equívoco.

O terceiro artigo segue complementa a discussão sobre os vícios e defeitos da compra e venda e reforça o sentido de orientação da *Suma Teológica*, pois Aquino discute sobre qual deve ser a atitude do comerciante ao notar o vício em sua mercadoria (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, II-II, q. 77, a. 3). A honestidade é um valor que o cristão não deve esquecer-se em momento algum, inclusive, quando está praticando seus negócios e ao perceber que seu produto tem falhas, é importante que o comprador seja devidamente avisado e o preço do produto seja ajustado.

Agora, caso o vício seja manifesto, nítido aos olhos do próprio comprador, não é obrigação do vendedor avisá-lo, conforme se observa na citação abaixo:

Mas se o vício for manifesto, por exemplo, se o cavalo for cego de um olho, ou se a mercadoria não convém ao vendedor, mas pode ser útil a outros, e se ele, por causa de tais defeitos, abater devidamente o preço, não estará obrigado a revelar o vício da mesma; porque, talvez, por razão desse vício, o comprador exigiria uma diminuição exagerada do preço. Por conseguinte, nesse caso, o vendedor poderia preservar seu interesse, calando o vício da mercadoria (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, II-II, q. 77, a.3, rep.).

O último artigo da *Questão 77* é uma espécie de resposta sobre a licitude das práticas comerciais, seção em que o autor chega à conclusão de que tudo depende da consciência do vendedor, pois, se este utilizar o trabalho comercial para garantir o sustento de sua família, estará praticando o seu ofício corretamente: para prover o alimento do homem através de uma função laboriosa, conforme está escrito no livro de Gênesis⁵; agora, se o objetivo for um enriquecimento pessoal, o mercador não está utilizando o trabalho para os devidos fins e acaba por pecar (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, II-II, q. 77, a.4.). Em uma interpretação da passagem bíblica em que Jesus Cristo expulsos os mercadores do templo, o autor acredita que os comerciantes expulsos se enquadravam na definição de indivíduos que trabalhavam para fins lucrativos e, por isso, foram expulsos por Jesus.

Quanto à passagem bíblica do livro de Gênesis mencionada no parágrafo acima, é importante fazer uma análise independente para compreender melhor as ideias fornecidas pelo livro Sagrado. De fato, a passagem: “Ao homem, ele disse: ‘Porque escutaste a voz de tua mulher e comeste da árvore que eu te proibira comer, maldito é o solo por causa de ti! Com sofrimentos dele te nutrirás todos os dias de tua vida’” (BÍBLIA, Gênesis, 3, 17), pode ser interpretada como uma condenação ao comércio, uma vez que Deus afirma que, a partir pecado cometido, o homem deverá produzir laboriosamente o seu sustento.

No começo do livro de Gênesis (BÍBLIA, Gênesis, 2, 8-17), Deus cria Adão e Eva e os colocam para viver em um local conhecido como “Jardim do Éden”. Institui como regra a proibição do casal de comer o fruto proibido, porém, Eva o come e entrega um

5 Trecho bíblico em que Deus condena o homem ao trabalho, como forma de punição por ter desrespeitado sua lei, dado ouvidos a Eva e ter comido o fruto proibido (BÍBLIA, Gênesis, 17-19).

pedaço a seu esposo, que assim se alimenta. Por terem desrespeitado a ordem de Deus e se entregarem ao pecado (BÍBLIA, Gênesis, 3, 6-19), o criador condena a humanidade a sofrer com as consequências do ato do primeiro casal, tendo a mulher de pagar com as dores do parto todas as vezes que der à luz, e o homem terá de sofrer todos os dias trabalhando para tirar o seu próprio sustento.

A ideia em questão é que o homem está fadado a sofrer para conseguir sobreviver, pois não teria mais a sua sobrevivência garantida pelo Criador. A partir de então, pode-se pensar que a atividade do mercador podia ser considerada um pecado, já que, efetivamente, não constituía um labor. Todavia, trabalhar com vendas era laborioso, tanto os que trabalhavam de modo itinerante, quanto aqueles desempenhavam seu ofício de forma sedentária: os primeiros tinham de estar sempre a viajar atrás de produtos para comercialização, enquanto os demais tinham que gerenciar adequadamente seus negócios (LE GOFF, 1991).

De modo geral, a pretensão de Tomás de Aquino na *Suma Teológica* é normatizar a atividade dos mercadores, por isso, flexibiliza os possíveis atos ilícitos que poderiam ser cometidos, ao mesmo tempo em que apresenta exemplos de como os comerciantes deveriam agir frente a alguma situação que poderia ser considerada como ilícita perante a Igreja.

No âmbito desta discussão, a *Bíblia* não apresenta crítica direta ou condenação à atividade mercantil. Nas menções ao comércio não existem condenações explícitas à prática desta atividade. Como pode ser verificado na passagem em que Deus apresenta ao povo escolhido, os dez mandamentos:

Não terás outros deuses diante de mim. Não farás para ti imagem esculpida de nada que se assemelhe ao que existe lá em cima, nos céus, ou embaixo na terra, ou nas águas que estão debaixo da terra. Não se prostrarás diante desses deuses e não servirás, porque eu, Yahweh⁶ teu Deus, sou um Deus ciumento, que puno iniquidade (SIC) dos pais sobre os filhos até a terceira e quarta geração que me odeiam, mas que também ajo com amor até a milésima geração para aqueles que me ama e guardam meus mandamentos. Não pronunciarás em vão o nome de Yahweh teu Deus, porque Yahweh não deixará impune aquele que pronunciar em vão o seu nome. Lembre-te do dia do sábado para santificá-lo. Trabalharás durante seis dias, e farás toda a tua obra. O sétimo dia, porém, é o sábado de Yahweh teu Deus. Não farás nenhum trabalho, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem teu escravo, nem tua escrava, nem teu animal, nem o estrangeiro que está em tuas portas. Porque em seis dias Yahweh fez o céu, a leira, o mar e tudo o que eles contêm, mas repousou no sétimo dia; por isso Yahweh abençoou o dia de sábado e o santificou. Honra teu pai e tua mãe, para que se prolongue os teus dias na terra que Yahweh teu Deus, te dá. Não matarás. Não cometerás adultério. Não roubarás. Não aprestarás um falso testemunho contra o teu próximo. Não cobiçarás a casa do teu próximo, não cobiçarás a sua mulher, nem o seu escravo, nem a sua escrava, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que pertença o teu próximo (BÍBLIA, Êxodo, 20, 3-17).

⁶ Nome em hebraico que é dado ao Deus do antigo testamento.

A lei concedida por Deus a seu povo não faz menções sobre a prática de atividades comerciais, e coloca em dúvida se, de fato, não fazia parte da vontade de Deus que os homens usassem o comércio para viver. Em dada passagem do *Novo Testamento*, um homem pergunta a Jesus o que os humanos devem fazer para atingir o Reino de Deus, e a resposta é: “Não mates, não cometas adultério, não roubes, não levantes falso testemunhos, não defraude ninguém, honra teu pai e tua mãe” (BÍBLIA, Marcos, 10, 19). Cristo menciona diversas ações que devem, ou não, serem praticadas para entrar no reino dos Céus, e em nenhum momento condena os mercadores ou a prática da compra e venda.

Mas cabe ressaltar que, ainda que a *Bíblia* não condene categoricamente o comércio, alguns preceitos induzem à crença defendida pela Igreja, da condenação da riqueza e de que os comerciantes, como todo cristão, devem agir conforme as leis divinas, buscando, em suas atividades, contribuir para o bem de toda a sociedade.

É incompatível pensar que o sucesso financeiro e uma vida santificada são coisas opostas, pois há diversos personagens bíblicos que foram agraciados por Deus e mesmo assim acumularam riquezas, como é o caso de Abraão (BÍBLIA, Gênesis, 13, 2), Isaac – herdeiro de Abraão, seguindo a promessa feita por Deus –, Jacó (BÍBLIA, Gênesis, 30, 43) e o Rei Salomão (BÍBLIA, Reis, 10, 23). O que deve ser observado não é o que a pessoa tem em bens materiais, pois isto é indiferente para Deus que se preocupa com o coração e sentimentos humanos, evidenciado na passagem do livro *Atos dos Apóstolos*:

Os apóstolos, que estavam em Jerusalém, tendo ouvido que a Samaria acolhera a palavra de Deus, enviaram Pedro e João. Estes, descendo até lá, oraram por eles, a fim de que recebessem o Espírito Santo. Pois não tinha caído ainda sobre nenhum deles, mas somente haviam sido batizados em nome do Senhor Jesus. Então começaram a impor-lhes as mãos, e eles recebiam o Espírito Santo. Quando Simão viu que o Espírito era dado pela imposição das mãos dos apóstolos, ofereceu-lhe dinheiro, dizendo: “Dai-me também a mim este poder, para que receba o Espírito Santo todo aquele a quem eu impuser as mãos”. Pedro, porém, replicou: “Pereça o teu dinheiro, e tu com ele, porque julgaste poder comprar com dinheiro o dom de Deus! Não terás parte nem herança neste ministério, porque o teu coração não é reto diante de Deus. Arrepende-te, pois, desta maldade tua e ora ao senhor, para que te possa ser perdoado este pensamento do teu coração, pois eu te vejo na amargura do fel e nos laços da iniquidade” (BÍBLIA, Atos dos Apóstolos, 8, 14-23).

Nesta passagem, Pedro e João, dois apóstolos do tempo de Jesus Cristo, estavam em Samaria para rezar pelos samaritanos, e um rico habitante, Simão, acreditava ser possível comprar os dons do Espírito Santo com dinheiro, porém, foi advertido que o mais importante seria a consciência do indivíduo e não suas posses. Em nenhum momento da passagem aparece alguma crítica à riqueza de Simão, mas sim, ao fato dele pensar que podia comprar as bênçãos divinas com dinheiro.

Portanto, a *Bíblia de Jerusalém* não condena as atividades comerciais, pois em diversos *versículos* o comércio é mencionado sem um tom de crítica, assim como não

há qualquer menção nos *Dez Mandamentos*. Como já foi mencionado, não há uma uniformidade nas atividades do mercador, este poderia ser rico ou pobre, e caso o mercador se enriquecesse com a sua profissão, de uma forma honesta, respeitando o próximo e colocando Deus acima de suas riquezas, também não seria condenável, de acordo com o livro sagrado do cristianismo.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que afirmação dos mercadores na Idade Média ocorre em um contexto de transformações nas práticas comerciais ocorridas no Ocidente, entre os séculos XI e XIII. Contexto este, que a historiografia convencionou chamar de “Revolução Comercial”. Este período foi marcado por transformações que possibilitaram o fortalecimento das cidades e das atividades dos mercadores. Entre elas, destacamos: o uso do dinheiro, melhoria das técnicas contábeis, ampliação das redes de comércio e da navegação, desenvolvimento das feiras, bem como a sedentarização da atividade dos mercadores, fatores que permitiram a estes organizarem melhor os seus negócios.

Ao mesmo tempo, a Igreja afirmar-se como uma instituição dirigente e centralizada, em meio à descentralização política e geográfica, especialmente, ao incutir a ideia de Cristandade, que pode ser entendida como uma unidade dos europeus em torno da palavra de Cristo, e que coloca os cristãos como um povo unido na fé em meio a diversas transformações.

À medida que os mercadores se tornam os principais agentes da economia medieval, os intelectuais da Igreja passaram a fazer considerações sobre sua atividade. Buscamos compreender as determinações da Igreja em relação às atividades dos mercadores a partir de três fontes: *A Bíblia*, o *Decreto de Graciano* e a *Suma Teológica*, de Tomás de Aquino. Percebemos que, ainda que Graciano e Tomás de Aquino se baseiam na Bíblia, para elaborarem seus argumentos, há uma divergência entre as concepções destes dois pensadores cristãos.

Enquanto Graciano, em seu *Decreto*, condena a atividade dos mercadores e de todos aqueles que praticam o comércio, já que, na concepção deste teólogo, seria impossível a prática desta atividade sem incorrer em atos ilícitos condenados pelo cristianismo, como a mentira e enganação, e toma por base de sua condenação a passagem bíblica na qual Jesus expulsa os mercadores do Templo, a *Questão 77* da *Suma Teológica* demonstra que o comércio pode ser considerado como um tipo de trabalho, e que muitas famílias precisam realizar o ato de compra e venda para manter o seu sustento e, em contrapartida, possibilitar que outras pessoas tenham acesso às mercadorias de que precisam. Isto é, qualifica o comércio como uma atividade necessária à sociedade.

De fato, na *Bíblia* não há afirmações explícitas que condenam a profissão dos mercadores ou que proíbam o comércio, ainda que defina comportamento dos cristãos, do

não apego aos bens materiais e do auxílio ao próximo. Neste sentido, podemos concluir que, houve no período central da Idade Média, isto é, o do contexto da “Revolução Comercial”, uma tentativa de “moralizar” as atividades comerciais pela Igreja, segundo os princípios do cristianismo.

REFERÊNCIAS

FONTES:

A BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 1995.

AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica** (ST, II-II, Q. 57-122). São Paulo: Loyola, 2005. v. VI.

DECRETUM MAGISTER GRATIANI. In: **Corpus Iuris Canonici**. Romae: Ex Officina Berhardi Tauchnitz, 1879.

BIBLIOGRAFIA:

BONI, Luis Alberto de. **Estudos sobre Tomás de Aquino**. Pelotas: UFPel, 2018.

CALAINHO, Daniela. **História Medieval do Ocidente**. Petrópolis: Vozes, 2014.

CAMERON, Rondo. Desenvolvimento econômico na Europa medieval. In: CAMERON, Rondo. **História econômica do mundo**. 2. ed. Inglaterra: Europa-América, 2000. cap. 3, p. 64-99.

DEL POTRO, Betsabé Caunedo. El desarrollo del comercio medieval y su repercusión em las técnicas mercantiles. Ejemplos Castellanos. **Pecunia**, Madrid, 2012.

FOURQUIN, Guy. **História econômica do Ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1991

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **O feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

LE GOFF, Jacques. **Mercadores e banqueiros da Idade Média**. 1. ed. São Paulo: Universidade hoje, 1991.

LOPEZ, R. S. **A revolução comercial da Idade Média: 950-1350**. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

NETTO, Antônio. O cristianismo: o direito canônico. **Revista da faculdade de direito da universidade de São Paulo**, São Paulo, p. 39 – 77, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67892/70500>. Acesso em: 28 jun. 2022.

NOGUEIRA, Líliliana Grubel. **O mercador no livro da Arte do comércio (1458), de Benedetto Cotrugli (1416 – 1469)**. Orientador: Jaime Estevão dos Reis. Dissertação (Mestrado em história) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, p.88. 2019. Disponível: http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/5573/1/Liliana%20Grubel%20Nogueira_2019.pdf. Acesso em 28 jun. 2022.

POLLY, J-P; VAUCHEZ, A.; FOSSIER, R. **El despertar de Europa**. Barcelona: Crítica, 2001.

ROOVER, Reymond de. **The Commercial Revolution of the Thirteenth Century**. In: LANE, Frederic C. *Entreprise and secular change: Readings in Economic History*. Londres: George Allen and Unwin LTD, 1942. p. 80-85.

ROPS, Daniel. **A Igreja das catedrais e das cruzadas**. São Paulo: Quadrante, 1993

REGINÉ, Pernoud. **As origens da burguesia**. Portugal: Europa-América, 1969.

REGINÉ, Pernoud. **Luz Sobre a Idade Média**. Portugal: Europa-América, 1997.

WOODS JR, Thomas. **Como a Igreja católica construiu a civilização ocidental**. São Paulo: Quadrante, 2008.

SOBRE O ORGANIZADOR

EZEQUIEL MARTINS FERREIRA - Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2011), graduação em Pedagogia pela Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz (2016) e graduação em Artes Cênicas pela Universidade Federal de Goiás (2019). Especializou-se em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Brasileira de Educação e Cultura (2012), História e narrativas Audiovisuais pela Universidade Federal de Goiás (2016), Psicopedagogia e Educação Especial, Arteterapia, Psicanálise pela Faculdade de Tecnologia e Ciências de Alto Paranaíba (2020). Possui mestrado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2015). É doutorando em Performances Culturais pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente é pesquisador da Universidade Federal de Goiás e psicólogo clínico - ênfase na Clínica Psicanalítica. Pesquisa nas áreas de psicologia, educação e teatro e nas interfaces fronteiriças entre essas áreas. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicanálise, atuando principalmente nos seguintes temas: inconsciente, arte, teatro, arteterapia e desenvolvimento humano.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afeto 2, 4, 6, 7, 70, 144

Aluno 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 59, 65, 79, 80, 103, 106, 107, 108, 123, 125, 128, 129, 130, 132, 154, 259, 324

Anísio Teixeira 15, 20, 21, 22, 23

Atuação 28, 41, 42, 44, 57, 121, 124, 188, 220, 245, 299, 300, 301, 302, 308, 309, 310, 312, 316, 317, 322, 362

B

Bagagem 25, 28, 31, 47, 98

C

Captura de morcegos 325, 327, 335

Caracterização 142, 277, 278, 308, 336

Chiroptera 325, 326, 336, 337

Colégio Pedro II 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132

Comércio 52, 122, 174, 225, 362, 363, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372

Comportamento autodestrutivo 186

Contratos 173, 175, 177, 178, 179, 180, 184, 364

Contribuição 20, 21, 22, 40, 41, 44, 45, 48, 52, 61, 90, 92, 98, 110, 114, 132, 227, 234, 238, 240, 243, 274, 275, 300, 301

Covid-19 144, 145, 152, 153, 154, 155, 156, 210

Creative economy 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163

Criança 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 33, 36, 70, 82, 83, 87, 92, 93, 100, 101, 151, 194, 214

D

Democracia 20, 54, 57, 89, 95, 133, 136, 139, 140, 141, 143, 220, 221, 298

Desenvolvimento rural 277, 278, 279, 280, 298

Diagnóstico 51, 55, 58, 108, 150, 242, 245, 246, 247, 248, 250, 251, 261, 262, 277, 278

E

Educação 2, 1, 2, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 49, 50, 51, 52, 55, 56, 57, 59, 61, 62, 63, 64, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 102, 103, 107, 108, 109, 110, 112, 120, 122, 124, 125, 127, 131, 132, 157, 164, 168, 172, 175, 213, 233, 236, 243, 244, 245, 248, 251, 258, 275, 277, 309, 323, 365, 374

Educadores 19, 25, 32, 35, 37

Education 15, 25, 40, 46, 48, 49, 50, 157, 162, 246, 278

Elétrica 112, 113, 116, 287, 299, 300, 301, 302, 303, 305, 307, 308, 309, 310, 312, 316, 318, 322, 323, 324

Engenharia 15, 110, 272, 276, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 307, 308, 309, 310, 312, 316, 318, 322, 323, 324

Ensino 16, 17, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 73, 74, 77, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 92, 94, 96, 97, 98, 99, 103, 104, 106, 109, 110, 117, 119, 120, 123, 124, 125, 127, 128, 130, 131, 245, 246, 248, 251, 258, 259, 260, 261, 262, 264, 275, 285, 304, 316, 322, 362, 374

Epidemiologia 186

Escola pública 64, 67, 73

Estado 4, 5, 11, 13, 28, 38, 44, 49, 53, 54, 56, 57, 58, 60, 61, 68, 72, 76, 77, 81, 82, 86, 91, 93, 94, 97, 101, 122, 123, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 151, 152, 164, 168, 169, 170, 171, 183, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 197, 198, 201, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 229, 234, 244, 249, 271, 275, 299, 300, 301, 307, 308, 322, 323, 325, 357, 358, 359

Etec 40

F

Filosofia da educação 15, 16, 20, 21, 22, 23, 24

G

Graduado 76, 299, 300, 301, 302, 307, 308, 309, 312, 313, 318, 319, 320, 322, 323

I

Idade Média 146, 362, 363, 364, 365, 371, 372, 373

Igreja em saída 357, 358, 359, 360, 361

Ilhas de calor 265, 266, 267, 268, 269, 271, 272, 273, 274, 275

Imigrantes 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 90, 91, 92, 93, 95, 175

Indústria pornográfica 173, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 184

Innovation 157, 162, 299, 348

Inspiração 110, 112, 113, 114, 115

Instrumentos de acesso 76, 88, 90

J

Juventude 37, 64, 65, 66, 67, 68, 74, 279, 298

L

Literatura 100, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 129, 262

Livro didático 96, 97, 99, 100, 101, 102, 106, 108

M

Marketing 307, 338, 339, 341, 342, 346, 347, 348, 349, 352, 353, 354, 355

Mercador 362, 363, 366, 367, 368, 369, 371, 372

Missão 19, 37, 91, 117, 122, 306, 357, 358, 359, 360, 361

Morcegos cavernícolas 325, 336, 337

Morte 90, 112, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 179, 265, 364

Museu Nacional 13, 119, 120, 121, 122, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132

N

Natureza 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 64, 67, 81, 83, 103, 110, 122, 125, 126, 128, 135, 136, 139, 146, 167, 173, 178, 213, 214, 217, 219, 220, 222, 224, 247, 248, 332, 357, 358

Neoliberalismo 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 62, 63, 84, 87, 88, 94

O

Odontologia 245, 246, 247, 248, 249, 250, 258, 259, 261, 262, 264

P

Pandemia 144, 145, 152, 155, 210, 258

Papa Francisco 357, 360

Participação 4, 29, 30, 32, 33, 37, 59, 66, 74, 90, 115, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 138, 217, 220, 258, 262, 294, 313

Pedagogia da exclusão 51

Pessoas com deficiência 186, 189, 191, 192, 193, 194, 195

Pobres 229, 232, 233, 237, 238, 239, 246, 326, 357, 358, 359, 360, 361

Políticas educacionais 51, 58, 59, 62

Principais problemas 55, 223, 224, 225, 227, 241, 249

Profissional 25, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 64, 70, 71, 73, 75, 91, 96, 98, 124, 127, 128, 129, 149, 188, 189, 245, 280, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 307, 308, 312, 322, 362

Propostas de reforma 52, 59, 223, 224, 232, 238, 241

Q

Qualidade de vida 32, 150, 188, 265, 266, 267, 269, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 279, 300

R

Racismo 93, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 108, 109

Radiografia 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 260

S

Sociedade civil 30, 43, 133, 134, 137, 140, 142, 143, 220, 221

T

Tecnologia 21, 40, 42, 43, 44, 46, 48, 49, 74, 81, 110, 111, 114, 116, 117, 124, 247, 301, 307, 324, 364, 374

Tendências 18, 40, 41, 42, 44, 45, 47, 48

Transformação 17, 21, 43, 45, 53, 56, 106, 107, 110, 111, 116, 117, 124, 138, 140, 300, 362

U

Urbanização 26, 28, 265, 266, 267, 269, 274, 275, 280, 332, 333

V

Violência 62, 116, 174, 175, 176, 177, 178, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 218, 222

AS CIÊNCIAS HUMANAS E AS ANÁLISES SOBRE FENÔMENOS SOCIAIS E CULTURAIS

2

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



AS CIÊNCIAS HUMANAS E AS ANÁLISES SOBRE FENÔMENOS SOCIAIS E CULTURAIS

2

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

